

MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E RESSONÂNCIA: UM ESTUDO DO MEMORIAL TEOTÔNIO VILELA, EM MACEIÓ

Ana Cecília da Silva¹

Resumo: Este artigo busca fazer um estudo do Memorial Teotônio Vilela², em Maceió, a partir de conceitos como ressonância, memória política e educação patrimonial, levantando reflexões que ajudam a explicar os motivos para a falta de identificação da comunidade com essa intervenção proposta pelo Estado. Dentre outras questões, observar-se a falta de articulação com o poder público e a deficiência de uma educação patrimonial efetiva, especialmente no que se refere a envolver as pessoas que convivem com os bens em projetos que visem a sua conservação.

Palavras-chave: Patrimônio material. Educação patrimonial. Ressonância.

Abstract: This article seeks to do a study of the Teotônio Vilela Memorial in Maceió from concepts such as resonance, political memory and patrimonial education, raising some reflections that help to explain the reasons for the lack of identification of community with this proposed intervention by the state. Which among other issues, runs through the lack of articulation with the public power and the deficiency of an effective patrimonial education, especially in what concerns to involve people who live with the patrimony in projects that aim at its conservation.

Key-words: Material patrimony. Patrimonial education. Resonance.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

² Teotônio Vilela foi um empresário e político alagoano, que ao longo de sua trajetória política ocupou os cargos de deputado estadual, vice-governador e senador. Ficou conhecido como o “menestrel das Alagoas”, por sua luta frente às Diretas Já!

O QUE É PATRIMÔNIO?

Praças, esculturas, construções arquitetônicas, ofícios, modos de fazer, celebrações, músicas, lugares são algumas das diversas categorias que a noção de patrimônio, material e imaterial, abarca. Nesse sentido, o patrimônio é responsável pela construção e reconstrução da memória e identidade de grupos, sociedades e nações.

Segundo Choay (2001), a palavra “patrimônio”, em sua origem está ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Esta noção, porém, foi requalificada ao longo do tempo e recebeu diversos adjetivos como “genético”, “natural” e “histórico”, que fizeram dela um conceito nômade.

Choy (2001, p. 11) traz um conceito importante para ajudar a pensar a definição de patrimônio histórico de maneira mais ampla, dentro de uma escala global, sendo necessário, posteriormente, pensar nessa noção em nível local. “A expressão designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam sua pertença comum ao passado”.

Assim, ainda segundo a autora, em um primeiro momento, podemos chamar de “monumento” todo e qualquer artefato edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem ou fazer recordar a outras gerações, pessoas, acontecimentos e crenças. Nesse ponto, a função principal função do monumento seria agir sobre a memória, que sempre se remete ao passado, mas que encontra raízes no presente. Esse passado digno de ser lembrado não é escolhido de forma aleatória, mas selecionado com fins específicos que visam, sobretudo, à manutenção da identidade de uma comunidade.

Gonçalves (2009) reforça que a noção de patrimônio está presente entre as palavras que mais usamos no cotidiano. Falamos de patrimônio econômico, financeiro, imobiliário, cultural, arquitetônico e artístico, isso sem contar com os patrimônios intangíveis e imateriais como músicas, danças, celebrações e modos de fazer, de recente formulação em nosso país.

A partir das reflexões desses autores podemos pensar também que a noção de bens patrimonializáveis não restringe a uma criação da sociedade moderna. Esse conceito está presente nas sociedades tribais, como, por exemplo, o *kula*, na Melanésia, que carrega o sentido de distribuição e de destruição para aquele povo. Diferentemente das sociedades ocidentais, onde o patrimônio traz o sentido de colecionamento. Assim, em cada tipo de sociedade essa

noção carrega um significado diferente, representando uma categoria de pensamento essencial para pensar a vida em comunidade.

A formulação da noção de patrimônio imaterial é bem mais recente e se opõe ao chamado patrimônio construído. A nova concepção visa aos aspectos da vida social e cultural, dificilmente abrangidos por noções tradicionais, como fala Gonçalves (2009):

(...) medicina popular, música e dança, culinária e técnicas etc. Como sugere o próprio termo, a ênfase recai menos nos aspectos materiais e mais nos aspectos ideais e valorativos dessa forma de vida. Diferentemente das concepções tradicionais, não se propõe o tombamento dos bens listados nesse patrimônio. A proposta existe no sentido de registrar essas práticas e representações e acompanhá-las para verificar sua permanência e suas transformações (GONÇALVES, 2009, p. 28).

Desse modo, o patrimônio imaterial busca preservar a memória de fatos, pessoas ou ideias, mantendo o registro da memória desses bens culturais. É importante lembrar que esses bens são processos dinâmicos, em constantes transformações e ressignificações, por isso, seu registro se apresenta como uma maneira adequada de incentivar a sua continuidade dentro da vida de uma comunidade.

Oliven (2009) completa que quando se fala em patrimônio artístico e histórico geralmente se ignora a existência desses bens imateriais e se pensa apenas no patrimônio material como igrejas, casas e estátuas e destaca que no Brasil há essa forte tradição em zelar pelos bens edificados como depositários de uma memória que aponta para uma identidade nacional e que por isso mesmo precisam ser defendidos.

Assim, o objeto de nosso estudo, o Memorial Teotônio Vilela, representa bem essa relação com um passado e essa retomada de acontecimentos memoráveis tão presentes nos patrimônios construídos. Há nessa construção a intenção de, através de um monumento histórico, fazer a população recordar de pessoas e acontecimentos considerados “memoráveis”.

Esta seria, então, uma ação direta do Estado sobre a memória do povo alagoano, pois elege o que merece ser lembrado, e acima de tudo como ser lembrado, ajudando a construir, nesse caso específico, uma memória sobre a representação de um político alagoano. Porém, essas intervenções nem sempre ocorrem da maneira desejada pelos agentes que o elegem, não ocorrendo, assim, identificação da população com o bem patrimonial.

POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO E RESSONÂNCIA

Para a preservação e continuidade da memória de grupos e sociedades é preciso, dentre outras iniciativas, que perpassam pela mobilização social, da intervenção estatal na elaboração de políticas públicas de patrimonialização.

O que acontece, porém, e nem tão raramente quanto pode se pensar, é que essas políticas e iniciativas de preservação ou escolha do que deve ser preservado pela autoridade estatal nem sempre dialogam com os anseios do grupo onde se encontra o bem. Assim, o objeto acaba não encontrando ressonância junto à comunidade.

De acordo com Gonçalves (2005), a falta de ressonância ocorre quando determinados bens culturais, classificados por uma agência de Estado como patrimônios, não encontram respaldo junto a setores da população:

O que essa experiência de rejeição parece colocar em foco é menos a relatividade das concepções de patrimônio nas sociedades modernas e mais o fato de que um patrimônio não depende apenas da vontade e decisões políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos e grupos (GONÇALVES, 2005, p. 19).

Com base nisso, as ações de patrimonialização deveriam ocorrer por meio de uma ação conjunta, um somatório de forças entre organismos do Estado e população e não apenas por uma escolha de uma agência que detém o poder. Porém, a escolha da figura de Teotônio Vilela como um bem patrimonializável para a população alagoana não levou em conta essa equação, se tornando um monumento sem grande significado para a comunidade, sendo importante apenas para o órgão estatal que o elegeu.

O memorial está localizado no bairro da Pajuçara, orla de Maceió, e foi construído durante o governo de Teotônio Vilela Filho, em 2005, filho de Teotônio Vilela. Essa é uma questão que merece atenção. Será que a escolha desse personagem específico para ser homenageado, mesmo tendo uma importante história política, não representaria uma escolha influenciada por laços familiares?

O monumento é mantido e coordenado pela Secretaria de Estado da Cultura e é um projeto assinado por Oscar Niemeyer, tendo como objetivo ser um local destinado a contar a história do político e menestrel das Alagoas por meio de uma linha do tempo que contém fotografias e textos referentes a cada época de sua vida. Também se encontram expostos no local os óculos de aro grosso e bengala usados por Teotônio Vilela.

Para tentarmos entender o porquê da homenagem, é preciso fazer um breve passeio por sua biografia. O político nasceu na cidade de Viçosa, interior de Alagoas, em 28 de maio de

1917 e morreu em 27 de novembro de 1983, em Maceió. Em sua carreira pública, Teotônio Vilela ocupou cargos de deputado estadual, vice-governador e senador. Foi um dos organizadores da União Democrática Nacional (UDN), em Alagoas, partido político brasileiro fundando em 1945 e que era opositor à política de Getúlio Vargas e de orientação conservadora.

Segundo informações do portal do Senado, porém, depois do golpe militar de 1964, muitos membros da UDN migraram para a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido situacionista. Em seu primeiro discurso, após ser eleito senador pela Arena, criticou o novo regime, já então no período governamental do General Artur da Costa e Silva. Em 1974, com a posse do presidente Ernesto Geisel, que trazia para o Governo um projeto liberal com uma distensão lenta e gradual, o senador Teotônio iniciou campanha pública pela redemocratização do País.

Em 1984, ele ficou conhecido como menestrel das Alagoas por conta de sua luta por liberdade política e redemocratização do Brasil. Os compositores brasileiros Milton Nascimento e Fernando Brant, como tantos artistas na época estavam insatisfeitos com o clima criado pelo período ditatorial e como forma de lutar pela liberdade e democracia compuseram a música *Menestrel das Alagoas*, que se transformou em um hino das *Diretas Já!*

Foi nesse período que Teotônio Vilela se tornou um ícone na luta pela anistia de presos políticos perseguidos por militares, sendo conhecido como “Senador da Anistia” e “Senador das Diretas Já!

Embora boa parte dos alagoanos desconheçam a história por trás do memorial, o local costuma ser visitado por turistas. Desde 2014, ele vem passando por um processo de sucateamento em sua estrutura física, principalmente ferrugem nas estruturas de ferro devido à ação da maresia, já que se encontra à beira-mar. O local também deveria estar aberto todos os dias para visitação do público, mas em diversas ocasiões o local se encontrava fechado.

Para Canani (2005), as políticas públicas do Estado, de modo geral, podem ser entendidas no contexto da centralidade, que é constituída pelo poder formativo ao iniciar, criar, governar, transformar, manter ou destruir aquilo que é vital na vida do homem.

O processo de atribuição de um valor e de um significado operado a partir do órgão público localizado exteriormente ao conjunto de casos que foram objeto de políticas públicas pode ser entendido como a atribuição de um sentido de sacralidade e de certo carisma sobre esses bens (CANANI, 2005, p. 168).

Assim, segundo a autora, o Estado, com seu poder centralizado, atua no sentido de congrega seu povo, reunindo-o em torno de sentimentos de pertencimento comum a todos com

efeito semelhante aos laços primordiais. Esses laços seriam vitais para a vida do homem e podem ser mobilizados através das práticas do Estado. Com isso, desvenda-se como opera o Estado na atribuição de significados com o propósito de gerar sentimentos de pertencimento no povo, mesmo que nem sempre esses sentimentos que se quer atribuir correspondam à realidade.

A FORMAÇÃO DE MEMÓRIAS POLÍTICAS

Ao realizar um estudo sobre o Memorial Teotônio Vilela, também é necessário entender que estratégias são adotadas para a formação das memórias políticas como fator para a consolidação de identidades.

No campo das memórias políticas, é bastante notável a intervenção de juízos de valor, de releituras sobre um passado que, segundo a agência estatal, merece ser lembrado. A memória política não reconstitui o passado tal qual ele foi, mas faz dele uma leitura, faz recortes e seleções baseadas em experiências subjetivas daquele que está lembrando. A narrativa acaba sendo contada a partir da ótica de alguém que sabe quais partes da história devem ser contadas.

Um bom exemplo disso é a constituição do acervo do Museu Histórico Nacional, que guarda objetos vinculados à história do Brasil e era dirigido por Gustavo Barroso, que fazia campanha pelos meios de comunicação da época, defendendo a importância de preservar objetos históricos emblemáticos. No museu, ele buscava reunir objetos de viés militar e que pudessem ensinar as pessoas a amarem o passado glorioso do país e os heróis de guerra.

Para Abreu (2009), o grande objetivo do acervo era construir uma coesão nacional entre o povo através do cultivo e da veneração de datas históricas e personagens que contribuíram para o “progresso e grandeza da pátria”, frase expressa por Graça Júnior, colaborador de Gustavo Barroso, na época.

Segundo Chagas e Santos (2007, p. 12), os museus lidam com memórias coletivas, ou seja, com representações consolidadas coletivamente. “Eles podem ser compreendidos como instituições que têm sido cruciais na formação de identidades nacionais”. As obras, nesse contexto, acabam tendo um caráter muito mais político-pedagógico que apenas estético. Podemos afirmar então que uma memória política é fabricada por uma política da memória, ao eleger o que e como os acontecimentos devem ser lembrados e significados pela população.

Já para Chagas (2009), o caráter seletivo da memória implica sua vulnerabilidade na ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável. A ação política, por seu turno, invoca com frequência o concurso da memória, seja para afirmar o novo, seja para ancorar o passado, em marcos fundadores especialmente selecionados. É a ação política, não necessariamente partidária, que faz coincidirem memória, identidade e representação nacional.

A ação política reforçava, assim, a importância de se preservarem objetos e edifícios que fossem capazes de referenciar, de materializar a história do País, que se dava nesse processo constante de inclusão, exclusão, eleição daquilo que deveria ser lembrado pelo povo. Chagas (2009, p.160) reforça essa ideia. “Se aquilo que se preserva é concebido como suporte de informação e como alguma coisa passível de ser utilizada para transmitir (ou ensinar) algo a alguém, pode-se falar em documento e memória”.

E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL?

Visitas a museus, sítios arqueológicos e cidades históricas são atividades previstas nos parâmetros curriculares de ensino em nosso País. Essas iniciativas podem ser até vistas com bons olhos e serem bem-intencionadas por quem as executa, mas são ações que por si só não têm gerado a inclusão da discussão sobre questões patrimoniais de forma crítica em ambiente escolar, que participam muito mais como receptoras desses tipos de ações e menos como produtoras.

A experiência de ensino-aprendizagem para a valorização dos bens patrimonializáveis não deve se restringir a ambientes educacionais, mas ser estimulada principalmente junto à comunidade na qual os mesmos desempenham algum papel em sua dinâmica cultural. São aquelas tentativas de envolver as pessoas que convivem com o bem para que elas considerem aquele saber relevante a ponto de ser conservado.

Mesmo Teotônio Vilela sendo importante para a história política de Alagoas, as ações de envolvimento da comunidade com essa memória política não são tão fortes, percebidos pelo baixo índice de visitação, o fechamento do memorial nos últimos meses e a própria falta de compromisso do poder público com a conservação do local.

Há nesse contexto, segundo Silveira e Bezerra (2007), uma perspectiva conscientizadora de uma agência de Estado sobre a população para tentar firmar aquela memória, desconsiderando outras visões de mundo dos envolvidos no processo de construção patrimonial.

Para os autores, deve-se buscar a sensibilização pela participação crítica acerca do valor da paisagem patrimonial.

Sendo assim, é preciso que a participação de grupos sociais vinculados aos bens por intermédio de práticas sociais e simbólicas cotidianas seja levada em consideração, a fim de que os mesmos reflitam acerca do valor que sua cultura apresenta para contextos culturais mais amplos (SILVEIRA e BEZERRA, 2007, p. 88).

Dessa forma, as pessoas vivem nos lugares, esses são seus lugares de pertença, independentemente do que pensam os profissionais de patrimônio e muitas vezes não são ouvidas sobre esses bens. Assim, a educação patrimonial deve lidar com a noção polissêmica de patrimônio, que deve considerar nuances históricas, colocando em prática intervenções didático-pedagógicas junto às sociedades detentoras do bem. Antes de interpretarmos as paisagens e os objetos como bens patrimoniais, devemos considerar que tais elementos estão inseridos numa complexa teia de significações, de modo que as coisas fazem sentidos dependendo do local onde estão.

De acordo com Jeudy (*apud* SILVEIRA e BEZERRA, 2007, p. 93), um objeto qualquer, uma edificação antiga ou uma ruína tomada pela relva, por certo, jamais estão isentas de significação para o grupo que os vivencia cotidianamente. As coisas não estão fora do lugar. “De fato, estes elementos materiais que se perpetuam na paisagem não são, em si, a memória, mas a sua fonte. São, portanto, a base material para a construção do imaginário histórico”.

Logo, numa paisagem patrimonial, convergem a imaterialidade e a materialidade, que refletem as sutilezas dos arranjos socioculturais imersos na experiência de viver o lugar de pertencimento, assim como nos usos e sentidos atribuídos a eles pelos grupos sociais que o concebem como um elemento patrimonial, representativo e que gera um sentimento de identificação com determinado grupo, sociedade ou nação.

Nesses casos, há uma teia de significados, que vão muito além do que é material, alcançando o simbólico, a experiência cotidiana, a vivência dinâmica da comunidade com esse bem patrimonial.

Nessa dinâmica, os saberes e fazeres materiais e imateriais se relacionam e auxiliam a tornar esse bem um patrimônio situado, presente e significativo dentro da comunidade em que ele está inserido, alcançando ressonância junto à população, que, ao significá-lo e reconhecê-lo como parte de sua história, os tornam elementos fundamentais na sua conservação.

Para Silveira e Bezerra (2007), essa reflexão é necessária, uma vez que diz respeito a quem produziu esse bem e também àqueles que o recebem como herança, bem como às políticas de conservação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma hipótese levantada ao longo do trabalho foi que a falta de articulação do poder público com a população e a deficiência de uma educação patrimonial, especialmente no que se refere a envolver pessoas que convivem com os bens em projetos que visem sua conservação, é uma das causas da falta de ressonância da população com esses bens eleitos patrimônio por parte do Estado, como é o caso do Memorial Teotônio Vilela. Nesse sentido, as ações por parte do Estado não são acompanhadas de processos e, por isso, não se sustentam por um vínculo com a comunidade.

Sobre essa hipótese, Bezerra e Silveira (2007) destacam que pouca atenção tem sido dada às experiências de ensino-aprendizado que buscam a valorização dos bens patrimonializáveis pelas comunidades onde eles desempenham algum papel na dinâmica cultural.

A partir de Lima Filho (2007), podemos também concluir que o principal ponto dessa questão é a função social desempenhada pelo patrimônio na contemporaneidade e sua função de disseminar, entre os comuns, noções como pluralização, relativização e desconstrução de dicotomias, como já propunha a noção antropológica de cultura. Nessa construção, classificação e musealização de uma “memória oficial” por meio do Memorial Teotônio Vilela, esses conceitos foram deixados de lado.

Nesse sentido, conclui-se que o patrimônio na cidade só tem legitimidade se todas essas equações forem consideradas, caso contrário ela será apenas um artifício do Estado e vai sempre representar uma interpretação parcial e redutora de determinada realidade.

Referências

- ABREU, Regina. **Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva**. In: Lima Filho, Manuel; Eckert, Cornélia; Beltrão, Jane (orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural – diálogos e desafios contemporâneos*, Rio de Janeiro: Lamparina, 2009;
- CANANI, Aline. **Herança, Sacralidade e Poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil**. In *Horizontes Antropológicos*. Ano 11. N. 23. Porto Alegre: UFRGS, jan/jun 2005;
- CHAGAS, Mário. **Memória política e política de memória**. In ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio – Ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009;
- CHOAY, Françoise. **Introdução – Monumento e Monumento Histórico**. In: *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Ed. Unesp, 2001;
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O patrimônio como categoria de pensamento**. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.) *Memória e Patrimônio – Ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009;
- GONÇALVES, José Reginaldo. **Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio**. In: *Horizontes Antropológicos*, v. 11, n. 23, Porto Alegre, 2005;
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **A cidade como objeto: ressonâncias patrimoniais**. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário de Souza e SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (orgs.). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007;
- OLIVEN, Ruben George. **Patrimônio intangível: considerações iniciais**. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio – Ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009;
- Portal do Senado: Biografia do Senador Teotônio Vilela. Disponível em:
<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2247>
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos e CHAGAS, Mário de Souza. **A linguagem de poder dos museus**. In ABREU, Regina; CHAGAS, Mário e SANTOS, Myrian (orgs.). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Col. Museu, Memória e Cidadania. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007;
- SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu e BEZERRA, Márcia. **Educação patrimonial: perspectivas e dilemas**. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira, ECKERT, Cornélia e BELTRÃO, Jane (orgs.). *Antropologia e patrimônio cultural – diálogos e desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.